

CADERNO DE PROVA

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Instruções gerais:

1. Este caderno de prova contém 40 (quarenta) questões objetivas. É de sua inteira responsabilidade conferir se o caderno de provas recebido está completo e se corresponde ao seu cargo. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que seja tomada a providência necessária para sanar o problema;
2. **ATENÇÃO:** para cada questão objetiva são apresentadas as opções A, B, C, D e apenas uma delas corresponde à alternativa correta;
3. O tempo estipulado para a realização da prova é de até **03 (três) horas**, está incluído nesse tempo o preenchimento do cartão-resposta, entrega do material e identificação do candidato;
4. Na carteira somente poderá ficar o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, fica a critério do candidato a utilização de caneta azul ou outra cor, porém, caso haja falha na leitura ótica do cartão-resposta, os pontos correspondentes às questões não lidas, não serão computados;
5. Ao receber o CARTÃO-RESPOSTA verifique se contém a mesma quantidade de questões do Caderno de Prova, caso perceba algum problema com seu cartão-resposta, comunique imediatamente o fiscal de sala para que seja adotada a medida necessária;
6. No CARTÃO-RESPOSTA você deverá assinalar somente a alternativa que julgar correta e sem rasuras.
7. O preenchimento do cartão-resposta é de sua inteira responsabilidade, para o correto preenchimento siga às instruções contidas na parte superior do cartão, observe atentamente o número da questão antes de marcar, pois não haverá substituição do cartão- resposta que é personalizado e único.
8. Quando terminar a prova sinalize para o fiscal e aguarde ser chamado para entregar a prova, o cartão-resposta e assinar a lista de presença, caso não tenha assinado na entrada;
9. Somente depois de decorridos 1 (uma) hora do início da prova você poderá sair da sala sem levar consigo o caderno de provas;
10. Você poderá levar esse caderno de provas quando estiver faltando 30 (trinta) minutos para o encerramento da prova;
11. É proibido levantar ou comunicar com outros candidatos durante a prova;
12. É proibido anotar informações relacionadas às suas respostas da prova objetiva em qualquer outro lugar que não seja o caderno de provas;
13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos;
14. O gabarito da prova objetiva será divulgado no segundo dia útil subsequente a aplicação da prova e será fixado no placar da Prefeitura e nos sites www.itame.com.br e www.montealegre.go.gov.br;

Informações importantes:

- ✓ **Não serão aceitos recursos em desacordo com o item 15 e seguintes do edital regulamento;**
 - ✓ **Somente é permitida a reprodução da prova para fins didáticos, devendo ser citada a fonte.**
- Boa sorte!**

1. O acento grave, conhecido como crase, tem função de:

- (A) Alongar a preposição “a” para dar mais sentido à oração.
- (B) Identificar a preposição antes do verbo.
- (C) Contrair duas vogais idênticas a fim de não repeti-las.
- (D) Juntar duas palavras de gêneros distintos.

2. A colocação pronominal tem como base três princípios de posicionamentos de pronomes oblíquos. A mesóclise, a próclise e a ênclise. Assinale a alternativa correta que rege os princípios da mesóclise:

- (A) Lembra-se de mim?
- (B) Quem ousou te encaminhar os e-mails?
- (C) Como poderia nos ajudar?
- (D) Dar-te-ei os resultados dos exames.

3. A classificação de uma oração se dá quando identificamos sua função, sendo ela subordinada ou coordenada. Assinale a alternativa que tem oração com função subordinativa:

- (A) O caçador percebeu que a noite chegou.
- (B) O caçador percebe a chegada da noite.
- (C) A chegada da noite foi percebida pelo caçador.
- (D) A chegada da noite percebeu o caçador.

4. Figuras de linguagem são formas de expressão que vão para além do sentido literal, sendo assim, assinale a alternativa correta que evidencia seu uso:

- (A) Vou subir as escadas e te esperarei lá em cima.
- (B) Isso me custou os olhos da cara.
- (C) Lá embaixo estava fazendo muito calor.
- (D) Ele fez um barulho esquisito ao entrar no elevador.

5. Assinale a alternativa em que a supressão de vírgula(s) não alteraria de nenhuma maneira o sentido da frase.

- (A) Tantas vezes o escritor, descrente, abandona o seu ofício.
- (B) Escrever pode não ser o ofício mais bem pago, e ainda assim o escritor não desiste.
- (C) A vida é breve, mas não tão breve que somente guarde momentos dos quais nos enchamos de prazer em lembrar.
- (D) Em qualquer lugar do mundo, um livro sempre pode ser uma boa companhia.

6. Eu considerei a glória de um pavão, ostentando o esplendor, de suas cores; é um luxo imperial. Mas andei lendo livros, e descobri que aquelas cores todas não existem na pena do pavão. Não há pigmentos. O que há são minúsculas bolhas d’água em que a luz se

fragmenta como em um prisma. O pavão é um arco-íris de plumas.

Sobre os verbos destacados neste parágrafo inicial da crônica *O pavão*, de Rubem Braga, pode-se afirmar que

- (A) dos verbos destacados, todos são intransitivos.
- (B) dos verbos destacados, todos são transitivos diretos.
- (C) dos verbos destacados, três são intransitivos e um é transitivo direto.
- (D) dos verbos destacados, três são transitivos diretos e um é intransitivo.

7. A vírgula é um sinal de pontuação que exerce diversas funções. Examine o texto a seguir e marque a alternativa que contemple a justificativa correta para as ocorrências desse sinal.

Ao contrário do que estamos acostumados, os especialistas em Economia deveriam usar uma linguagem mais clara e menos complexas ao falar para um público leigo, ou seja, esclarecer conceitos numa linguagem menos técnica e fechada.

- (A) Reitera uma ideia anterior e liga duas orações coordenadas assindéticas.
- (B) Marca a elipse de um verbo e separa expressão exemplificativa.
- (C) Separa orações de um período composto e separa expressão explicativa/retificativa.
- (D) Separa orações coordenadas sindéticas conclusivas e isola o aposto explicativo.

8. A função da linguagem predominante no texto a seguir é:

Apelo

“Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, e até o canário ficou mudo. Para não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite e eles se iam e eu ficava só, sem o perdão de sua presença a todas as aflições do dia, como a última luz na varanda.

E comecei a sentir falta das pequenas brigas por causa do tempero da salada – o meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na

janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa, calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolhas? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor".

Dalton Trevisan

- (A) função metalinguística
- (B) função expressiva.
- (C) função fática.
- (D) função denotativa.

9. O narrador do texto *Apelo* nega ter sentido falta da mulher durante a primeira semana. Para isso ele usa a seguinte sequência de imagens:

- (A) a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada e até o canário ficou mudo.
- (B) às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham.
- (C) o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.
- (D) não tenho botão na camisa, calço a meia furada.

10. No período: “a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada”, o pronome oblíquo exerce a função de:

- (A) objeto direto.
- (B) objeto indireto.
- (C) sujeito.
- (D) predicativo do sujeito.

11. Um triângulo retângulo tem hipotenusa medindo 20 e seus catetos com medidas iguais a 12 e 16. Considerando que as medidas foram dadas em centímetros, podemos afirmar que a altura referente a hipotenusa é

- (A) menor que 7 centímetros.
- (B) igual a 8 centímetros.
- (C) maior que 9 centímetros.
- (D) um valor entre 8 e 9 centímetros.

12. As retas $x + 5y = 7$ e $x - 2y = -2$ se interceptam em um ponto $P = (a, b)$. Assim, o produto $a \cdot b$ é

- (A) $36/49$.
- (B) $25/49$.
- (C) $36/25$.
- (D) $25/81$.

13. O polinômio $P(x) = 3x^3 - 14x^2 + 23x - 10$ quando dividido por $D(x)$ deixa resto 0 e quociente $Q(x) = 3x - 2$. Desta maneira, qual é o valor de $D(8)$?

- (A) 17.
- (B) 27.

- (C) 37.
- (D) 47.

14. Sobre a função quadrática $f(x) = -x^2 - 4x + 12$, assinale a alternativa falsa.

- (A) A função intercepta o eixo das abscissas em dois pontos distintos.
- (B) A função decresce para valores de $x \geq -2$.
- (C) O gráfico da função f é uma parábola com concavidade voltada para baixo.
- (D) O valor máximo que a função atinge é 12.

15. Considere uma sequência definida por $a_n = 7(-1)^n 3^{n-1}$, onde $n \in \mathbb{N}$ e $n \geq 1$. A alternativa que representa corretamente a média aritmética do nono e do décimo termo desta sequência é

- (A) $7 \cdot 3^9$.
- (B) $7 \cdot 3^8$.
- (C) $7 \cdot 3^7$.
- (D) $7 \cdot 3^6$.

16. Marque a alternativa que aponta corretamente para uma política que se destina a beneficiar pessoas egressas de longas internações em hospitais psiquiátricos e em hospitais de custódia.

- (A) Fica assegurado para tais egressos e egressas o acesso gratuito à carteira de meia passagem estudantil intramunicipal.
- (B) A política de Emprego Pós-Internação (EPI) direciona as pessoas egressas das referidas internações para o mercado de trabalho, desde que comprovada que estas não representam perigo para si ou para outrem.
- (C) Por meio do Programa “O Amor dá Asas: Volta para Casa”, as famílias ou representantes legais de tais pessoas, devidamente cadastradas no Programa Bolsa Família, recebem um acréscimo de 100% no valor recebido mensalmente no PBF, visando-se, dessa forma, afastar bastante a possibilidade de retorno aos locais de internação.
- (D) Tal público beneficiário pode fazer jus ao auxílio reabilitação psicossocial, atualmente definido em R\$ 755,00 (setecentos e cinquenta e cinco reais) mensais.

17. O que assegura a política de saúde mental brasileira ao paciente hospitalizado por longo tempo ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social?

- (A) Será esta pessoa entregue ao cuidado das famílias, sem ônus para o Estado.
- (B) Será esta pessoa encaminhada a procedimentos cirúrgicos invasivos, como a electroleucotomia, que possam extirpar a convivência social da vida destes

pacientes. Desse modo, poderão regressar à vida social sem causar risco para si e para outros terceiros.

(C) Será esta pessoa objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

(D) Entra-se esta pessoa impossibilitada de regresso à vida social, para todos os casos.

18. Dentre as políticas públicas dirigidas à saúde dos idosos e idosas existe um Programa que se configura em espaços privilegiados para a inclusão da pessoa idosa. Em outras palavras, são espaços de promoção da saúde com a realização de atividades físicas, práticas corporais, artísticas, informações sobre segurança alimentar e nutricional, com impacto positivo na autonomia e mobilização da população adscrita. Tal Programa precisa levar em consideração as especificidades desse grupo populacional, seus interesses, bem como suas limitações corporais, cognitivas ou de outra natureza, ao realizar a planificação de suas atividades. Neste prisma é preciso destacar a importância de que as secretarias estaduais e municipais envidem esforços para ofertar espaços de convivência intergeracional, investir em ações que atendam algumas necessidades específicas da população idosa como fortalecimento muscular, equilíbrio e marcha e prover orientação sobre alimentação saudável, saúde bucal e autocuidado. Este é o Programa:

(A) Academias da Saúde.

(B) Núcleo de Atendimento Integral à Terceira Idade (NAITI).

(C) Núcleo de Atenção à Saúde Fatorial-etário (NASF).

(D) Saúde e Nutrição da Melhor Idade (SNUMI).

19. No que diz respeito ao assédio moral no ambiente de trabalho, o processo contínuo de hostilização ou isolamento, seja de maneira individual ou coletiva, perpetrado contra alvos específicos, objetivando prejudicá-los ou excluí-los no ambiente laboral é conhecido como:

(A) assédio interdisciplinar.

(B) assédio intrapessoal.

(C) assédio interpessoal.

(D) assédio interinstitucional.

20. Para Marilda Villela Iamamoto (2023, p. 18) há vivemos em tempos em que costuma adotar, com plenitude, políticas anticrise formam o escopo “de um projeto de classe destinado a restaurar e consolidar o

poder do capital, privatizando lucros e socializando custos, como alerta Harvey (2011). Tais políticas têm resultado no crescimento exponencial do desemprego, do emprego sem proteção e do subemprego. A concentração da riqueza expande o conjunto de formas de opressão e desigualdades – de classe, étnico-raciais, territoriais, de gênero e sexualidades –, no desrespeito aos direitos humanos e sociais”. Essas políticas anticrise na forma descrita por Iamamoto são de raiz

(A) extramadura de direita.

(B) socialista.

(C) ultraliberal.

(D) social-democrata.

21. À luz da teoria e do método materialista histórico-dialético pode-se inferir que a reforma da previdência social no Brasil, objetivada na forma da Emenda Constitucional nº 103/2019, cumpre a função do Estado no interior do modo de produção capitalista. Neste prisma, a referida função do Estado é de:

(A) garantir a governabilidade a fim de preservar a previdência social e garantir sustentavelmente que as gerações futuras possam aposentar-se.

(B) criar as condições necessárias para o desenvolvimento das relações capitalistas contraditórias, em defesa dos interesses das classes dominantes.

(C) garantir o equilíbrio fiscal do país, por meio da redução do investimento na remuneração dos juros referentes aos títulos da dívida pública interna e externa.

(D) ampliar os direitos econômicos, políticos e sociais das classes dominadas, especialmente das viúvas e viúvos que foram os mais beneficiados pela reforma.

22. O período carência necessário para ser cumprido a fim de se garantir a concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social para os casos de auxílio-reclusão é de:

(A) 240 (duzentas e quarenta) contribuições mensais.

(B) 600 (seiscentas) contribuições mensais.

(C) 120 (cento e vinte) contribuições mensais.

(D) 24 (vinte e quatro) contribuições mensais.

23. Considerando o caso hipotético de um homem de 42 anos de idade, elegível para receber pensão por morte por tornar-se viúvo de uma segurada do Regime Geral de Previdência Social, que não estava aposentada; e considerando, também, que a segurada, por um período de 19 anos, contribuiu regularmente com o valor necessário para fazer jus a um salário-mínimo a título de aposentadoria; e, por último, tendo por base que o salário-mínimo atual está fixado em R\$ 1.640,00

(mil seiscentos e quarenta reais) e levando em conta que o casal não possui dependentes, é correto afirmar que a pensão por morte em questão será de:

- (A) R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais).
- (B) R\$ 984,00 (novecentos e oitenta e quatro reais).
- (C) R\$ 1.640,00 (mil seiscentos e quarenta reais).
- (D) R\$ 182,50 (cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

24. Com base no cenário hipotético apresentado na questão anterior, qual deverá ser a duração do pagamento da pensão?

- (A) Vitalícia.
- (B) 20 anos.
- (C) 6 anos.
- (D) 15 anos.

25. A Previdência Social foi criada, no Brasil, na década de 1930. Ela atuava por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) das diversas categorias profissionais. Em 1967, os IAPs foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Sobre o significado histórico da política previdenciária no período que se sucede à criação do INSS é correto afirmar:

- (A) Procedeu-se com a estatização das associações e outras entidades previdenciárias, outrora autônomas, que passaram para o pleno controle e gestão do Estado brasileiro.
- (B) A estabilidade no emprego, após 10 anos de carteira assinada ou de efetivo exercício em cargo público, foi uma marca do período.
- (C) Criou-se um mercado para as ações produzidas pelas empresas vendedoras de serviços médicos e o movimento de privatização do setor foi fortalecido.
- (D) Dentre os principais destaques da época esteve o provisionamento de parte dos recursos orçamentários do INPS para fins de pagamento do salário-educação. Desse modo, os pais e mães da classe operária cujas famílias tinha filhos em idade pré-escolar eram taxadas em valores módicos, quando comprados aos indivíduos que não possuíam prole.

26. Coetâneo do período em que foi promulgada a Constituição Federal, prosperou um contundente movimento político que defendeu o fortalecimento das competências dos entes federativos em detrimento do modelo anterior implantado pelo regime autoritário, modelo autoritário que supõe-se que teria minado o protagonismo de tais entes. Na saúde, por exemplo, o destaque foi para a defesa majoritária da municipalização.

O excerto acima está referindo-se:

- (A) ao Movimento de Campanha Missionária de Educação Pela Base.
- (B) à descentralização.
- (C) ao Centrão.
- (D) ao esquerdismo.

27. Os “arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado” (Brasil, 2022) denominam-se:

- (A) Redes de Atenção à Saúde (RAS).
- (B) Redes de Sustentabilidade da Saúde Coletiva (RSC).
- (C) Redes Multidisciplinares de Atenção Psicossocial (RMAP).
- (D) Redes de Saúde da Mulher (RSM).

28. Em 3 de julho de 2023 foi sancionada a Lei Federal nº 14.611. Esta Lei dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios, nos termos da regulamentação, entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Entre os avanços contidos nesta Lei está a formalização da garantia do pagamento de diferenças salariais devidas a partir do momento em que for constatada a hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade. No caso de ocorrência desta infração por motivo discriminatório, a multa a ser paga pelo empregador ao empregado discriminado corresponderá a

- (A) 10 (dez) vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, elevada ao dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo das demais cominações legais.
- (B) 5 (cinco) vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, sem prejuízo das demais cominações legais.
- (C) 3 (três) vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, elevada ao triplo, no caso de reincidência, com prejuízo das demais cominações legais.
- (D) 20 (vinte) vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, elevada ao quádruplo, no caso de reincidência, com prejuízo das demais cominações legais.

29. A concessão de medidas protetivas de urgência com o objetivo de proteger mulheres vítimas de violência doméstica e familiar deverá ser assegurada:

- (A) em caráter imediato diante da denúncia de violência doméstica e familiar.
- (B) somente após registro de boletim de ocorrência outorgado pelo delegado de polícia que ateste a violência de gênero.
- (C) a partir ajuizamento de ação por parte da denunciante.
- (D) após a conclusão do inquérito policial e do exame de corpo de delito e de demais provas periciais.

30. Do ponto de vista jurídico, a perícia social possui conotação de “prova pericial”. Dito isso, após ser designado por juiz para realizar tal espécie de perícia, em consonância com os princípios éticos da profissão, a(o) assistente social deverá emitir sua opinião técnica com o propósito de:

- (A) estabelecer a verdade jurídica dos fatos e indicar a sentença.
- (B) determinar a responsabilização e sanção específica, conforme dosimetria aplicada a cada caso.
- (C) garantir a redução de danos ao realizar inquirição de testemunhas e vítimas. Cabe à(o) profissional buscar a conciliação entre as partes litigantes, durante os seus atos como perita(o).
- (D) realizá-la através de um rigoroso, sistemático e metódico estudo social, que irá subsidiar a elaboração de um laudo e emissão de um parecer.

31. Marque a alternativa que NÃO é caracterizada como violência psicológica, no âmbito do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

- (A) Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional.
- (B) Tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação.
- (C) Qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio,

independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha.

- (D) O ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este.

32. Política de Meio Ambiente é um conjunto de ações ordenadas e práticas tomadas por empresas e governos com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta. Sobre a regulamentação das políticas ambientais previstas na Lei Orgânica do Município de Monte Alegre de Goiás, somente é incorreta a seguinte afirmação:

- (A) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, o município deve articular-se com órgãos estaduais, regionais e federais competentes e com outros Municípios, objetivando a soluções de problemas comuns relativos à proteção ambiental.
- (B) O Município deve controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade da vida e o meio ambiente.
- (C) As condutas e atividades lesivas às áreas de reserva ambiental sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas a reparar os danos causados no prazo de 1 (um) ano, caso assim não o façam, poderão sofrer sanções administrativas, tais como: multas e ações cíveis de reparação de danos ao município.
- (D) São considerados como área de reserva ambiental os rios Sucuri e Atalaia, a Gruta da Prata, a Pedra Escrita do Sucuri e a floresta próxima da zona urbana.

33. O artigo 111 da Lei Orgânica Municipal de Monte Alegre de Goiás, estabelece que o município apoiará as manifestações da cultura local e protegerá, por todos os meios ao seu alcance, objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico. A respeito da previsão legal citada, assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa falsa:

- (A) As tradições, usos, costumes e manifestações das culturas populares afro-brasileiras do município integram o patrimônio cultural e ambiental monte-alegrense e receberão proteção, mas a criação de políticas de incentivo à preservação é facultativa.
- (B) O Município deverá criar e manter espaços públicos equipados e acessíveis para diversas manifestações culturais, inclusive biblioteca pública.

(C) O patrimônio cultural monte-alegrense inclui bens de natureza material e não material, como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, além de festas tradicionais e festivais de arte.

(D) O poder público municipal promoverá e protegerá o patrimônio cultural monte-alegrense por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

34. O “Acesso” é uma das formas de provimento em cargo público, segundo o artigo 57 do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos, ele ocorre:

(A) na movimentação do servidor, a pedido ou de ofício, no quadro a que pertence, mediante preenchimento de claro de lotação, sem se modificar, entretanto, a sua situação funcional.

(B) quando o servidor retorna ao cargo anteriormente ocupado, a pedido do próprio servidor, estável e inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, dependendo, sempre, da existência da vaga.

(C) quando o servidor retorna ao serviço ativo em disponibilidade.

(D) na passagem do servidor, pelo critério de merecimento, de classe integrante de uma série de classe, ou de uma classe única, para classe inicial de outra série de classes, ou outra classe única de nível hierárquico superior, da mesma ou de outra categoria funcional.

35. O Regimento Jurídico dos Servidores Públicos de Monte Alegre de Goiás, dispõe que o “Vencimento” é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício de cargo público, correspondente ao padrão fixado em lei, não podendo, em caso algum, ser inferior ao salário-mínimo. Enquanto, a “Remuneração” é o vencimento acrescido das vantagens de caráter permanente ou a ele incorporáveis, na forma prevista em lei. No que diz respeito ao previsto no artigo 104, quando o servidor ingressar no serviço com atraso de 10 a 20 minutos, ou quando se retirar antes do fim o período de expediente, perderá:

(A) 1/3 (um terço) da remuneração diária.

(B) 1/3 (um terço) do vencimento ou remuneração diária.

(C) 2/3 (dois terços) da remuneração diária.

(D) 2/3 (dois terços) do vencimento ou remuneração diária.

36. Qual das seguintes extensões de arquivo é utilizado para arquivos executáveis de instalação no Windows?

(A) .exe

(B) .txt

(C) .mp3

(D) .doc

37. No Microsoft Word 2010, qual comando atalho pode ser utilizado para salvar o documento?

(A) Ctrl + D

(B) Ctrl + U

(C) Ctrl + B

(D) Ctrl + S

38. “A Seção Judiciária de Goiás (SJGO) inaugurou no dia 9 de maio, no município de Monte Alegre de Goiás, mais um [...] (PID). A cerimônia de inauguração contou com a presença do então coordenador dos Juizados Especiais Federais, desembargador federal Carlos Pires Brandão, que destacou a importância da abrangência do TRF1. Ele enfatizou que o tribunal “engloba comunidades por vezes muito distantes das sedes das Seções Judiciárias e Subseções, com isso, os PIDs objetivam tornar acessível às comunidades o acesso à Justiça”. A estrutura, equipada com dois computadores e acesso à internet, será operada por uma servidora do município, encarregada de atender e registrar as demandas da população junto às Justiças Federal e Estadual (comarca de Campos Belos).”

(Fonte: <https://www.trf1.jus.br/trf1/noticias/>)

A notícia apresentada anteriormente relata a inauguração do PID no município de Monte Alegre de Goiás, um espaço físico estabelecido pelo Poder Judiciário, denominado:

(A) Posto de Inteligência Diretório.

(B) Prédio de Informação Cidadã Direta.

(C) Ponto de Inclusão Digital.

(D) Portaria da Informação Digital.

39. Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil presenciou um intenso período político conhecido como ditadura militar, caracterizado por extrema violência e restrições aos direitos civis. Uma das principais ferramentas dessa repressão foi a criação e implementação dos Atos Institucionais, sendo o mais emblemático deles instituído durante o regime do General Costa e Silva, que:

“Suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado;[...]”

(Fonte: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>)

Esse Ato Institucional, ficou conhecido como:

(A) AI-1

(B) AI-11

(C) AI-2

(D) AI-5

40. No Brasil, o mandato de cargos políticos é o período durante o qual um representante eleito exerce suas funções públicas. Esse período é estabelecido pela legislação o que garante a continuidade e a estabilidade das funções governamentais. Acerca disso, assinale a alternativa que apresenta corretamente o cargo e o tempo vigente de mandato:

(A) Os cargos de presidente, prefeitos e governadores por 6 anos; vereadores e deputados por 4 anos; senadores por 4 anos.

(B) Os cargos de presidente, prefeitos e governadores por 4 anos; vereadores e deputados por 4 anos; senadores por 8 anos.

(C) Os cargos de presidente, prefeitos e governadores por 4 anos; vereadores e deputados por 6 anos; senadores por 8 anos.

(D) Todos os cargos do Poder Executivo e Legislativo possuem o mesmo tempo de mandato, equivalente a 4 anos.